



Revista Brasileira de Gestão Urbana

scielo.br/urbe

Redes Pluridomiciliares de Suporte Social em Cacoal (Rondônia, Brasil)

Household's Social Support Networks at Cacoal (Rondônia, Brazil)

Tiago Augusto da Cunha ^[a]

Viçosa, MG, Brasil

^[a] Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Dorys Mirella Bohn Daniel ^[a]

Viçosa, MG, Brasil

^[a] Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Elza Luli Miyasaka ^[b]

São Carlos, SP, Brasil

^[b] Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Engenharia Civil

Como citar: Cunha, T. A., Daniel, D. M. B., & Miyasaka, E. L. (2023). Redes Pluridomiciliares de Suporte Social em Cacoal (Rondônia, Brasil). *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 15, e20220217.

<https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220217>

Resumo

Os conceitos de família e domicílio transformam-se e influenciam-se constantemente ao longo do tempo e do espaço. Mais recentemente, está em jogo uma relação inversamente proporcional entre ambos. De um lado, o aumento do número de domicílios. De outro, a diminuição do número de seus integrantes. É relativamente comum, pesquisas domiciliares circunscreverem o núcleo familiar aos limites físicos da residência. Recortá-lo, porém, trata-se apenas de uma estratégia analítica, já que a empiria demonstra que diferentes domicílios com núcleos aparentados ou não mantêm estreita relação entre si. Compõem, portanto, uma espécie de rede de ajudas, suportes e auxílios, materiais e imateriais. Desse modo, a presente pesquisa tem como intuito versar sobre o que aqui denominamos redes pluridomiciliares e suas características. Fomos a campo mapeá-los, aplicando a abordagem de redes sociais em dois setores censitários na cidade de Cacoal, localizada no estado de Rondônia. Selecionamo-os, sobretudo, segundo a

TAC é Doutor em Demografia, e-mail: tiagoac@ufv.br

DMBD é Mestre em Arquitetura e Urbanismo, e-mail: dorys.bohn@gmail.com

ELM é Doutora em Arquitetura e Urbanismo, e-mail: elza.miyasaka@ufscar.br

variável renda. Os dados sugerem que o tamanho, o formato e o conteúdo das Redes Pluridomiciliares de Suporte Social (RPSS) são fortemente influenciados por ela e, assim, manifestam-se espacialmente segundo predisposições locacionais, é dizer, de acordo com quesitos de proximidade físico-geográfica.

Palavras-chave: Redes de Suporte Social. Análise de Redes Sociais. Pluridomiciliar. Domicílios. Família. Cacoal.

Abstract

The concepts of family and households are constantly changing over time and space. More recently, an inversely proportional relationship between the two is on course. On the one hand, the increase in the number of households. On the other hand, the decrease in the number of its members. It is relatively common for household surveys to limit the family nucleus to the physical limits of the residence. However, it's just an analytical strategy, since empirical evidence shows that different households based on kin or non-kin relations maintain a close dialogue with each other. They make up, therefore, a kind of network of aids and supports, material and immaterial ones. The present research intends to deal with what we call here Plurihousehold Social Support Networks (PSSN) and their characteristics. We went to the field to map them, applying the approach of social networks in two census districts in the city of Cacoal, located in the state of Rondônia (Brazil). We selected them, above all, according to the income aspect. The data suggest that their size, format and content are strongly influenced by income variable and, thus, are spatially defined according to locational predispositions, that is, according to physical-geographical proximity requirements.

Keywords: Household's Social Support Networks. Social Networks Analysis. Households. Family. Cacoal.

Introdução

Famílias e domicílios não estão imunes às transformações demográficas recentes; ao contrário, contribuem para exprimi-las. Não é fortuito, portanto, que o número de integrantes por domicílio venha progressivamente diminuindo ao longo do tempo. Ora, a queda da fecundidade é um, senão o mais intenso, de seus motores. Curiosamente, a diminuição do tamanho dos núcleos familiares e, quiçá, sua fragmentação, correlaciona-se ao aumento da demanda por domicílios. Portanto, estamos diante de dois processos complementares e combinados, mas que curiosamente soam antagônicos. De um lado, a diminuição do número de integrantes por domicílios, de outro, o aumento de núcleos familiares, maior heterogeneidade entre eles e crescimento da demanda habitacional. Quais, então, as consequências desse cenário de mutações sociais nas relações entre domicílios, na verdade, entre indivíduos e grupos familiares não corresidentes? Em realidade, nos interessa desmistificar a ideia do domicílio isolado ou de núcleos familiares totalmente independentes. Embora não haja coabitação propriamente dita, acreditamos que as relações sociais extra domiciliares são fundamentais para compreendermos como núcleos familiares se comportam e sobrevivem, influenciando, inclusive, a escolha por localizações e, sobretudo, a vulnerabilidade social de determinados grupos sociais.

Movidos por essas inquietações, inferimos que a reorganização das relações sociais oriundas, sobretudo, da queda da fecundidade, engendra iguais efeitos na maneira como núcleos familiares e domicílios interagem. Por essa razão, lançamos mão do conceito de Redes Pluridomiciliares de Suporte Social (RPSS). Elas são alimentadas por ajudas, suportes e auxílios entre grupos familiares e não familiares que não coabitam, o que acarreta numa rede estendida de domicílios para além daquele que abriga um ou mais núcleos familiares.

Dividimos o artigo em três principais seções, além dessa pequena introdução e das considerações finais.

Na primeira, esforçamo-nos em circunstanciar os conceitos, principalmente de: domicílio, núcleos familiares, grupos familiares, grupos domiciliares e famílias domiciliares. Aqui, o trabalho de Wajnman (2012) foi axial. Desejávamos destacar a relevância de uma rede assistencial ampliada de domicílios. Confiamos que essa discussão complexifica o próprio sentido de domicílio e espaço de vivência onde as relações sociais do grupo soem ocorrer. O conceito de redes sociais foi oportuno em duas frentes. Por um lado, operacionalizava a pesquisa; por outro, foi essencial para esclarecermos o caráter relacional do fenômeno. Por essa razão, cunhamos o termo Redes Pluridomiciliares de Suporte Social (RPSS). Uma constelação de domicílios voltados à ajuda e compostos por núcleos familiares aparentados ou não, que acabam por subverter a estanqueidade do teto voltado à reprodução física e social dos indivíduos e famílias.

Na seção metodológica, mergulhamos nas técnicas e estratégias para viabilizar a pesquisa.

Na terceira, sobre os resultados, os dados demonstram que a seletividade de onde se situar no tecido urbano relaciona-se também à possibilidade de obtenção de recursos por meio das redes de suporte social. Evidentemente há outras razões que determinam a localização dos grupos sociais, sobretudo, dos mais vulneráveis. Ainda assim, as RPSS manifestam uma estratégia de sobrevivência que permite os meios mínimos necessários, físicos ou não, à reprodução social do núcleo familiar. Estar próximo faz a diferença, especialmente entre os mais pobres.

Último esclarecimento. Optamos por redigir este estudo em primeira pessoa do plural para salientar o caráter coletivo ao produzi-lo. Trata-se do trabalho de várias mãos. Ademais, escrevê-lo desse

modo foi uma opção deliberada de situar-nos, posicionarmos, e, logo, evidenciar possíveis vieses de pesquisa.

Para além do domicílio; domicílios

Ser independente não é sinônimo de isolar-se

Devemos ser conscientes de que a instituição família é uma construção social e, como tal, é moldada em função de diversos condicionantes culturais e sociais, estruturais e circunstanciais, coletivos e individuais (Bilac, 2001; Wajzman, 2012; Glick, 1998). Tais elementos se modificam ao longo do tempo e do espaço (Ruggles, 2012). As famílias manifestam-se de modo particular geograficamente, pois acreditamos que a distância é decisiva para esclarecer a coesão do grupo através de mecanismos de reciprocidade.¹

Em realidade, a preocupação sobre a relação entre localização, características individuais e familiares e, especialmente, como os recursos circulam nesse meio não é, de modo algum, inédita (Mallet, 2004).

A antropologia, através de etnografias e outros meios, a realiza com esmero (Hareven, 1991). Há outros exemplos ainda. A transmissão da herança entre determinados grupos é fundamental para entendermos sua distribuição espacial (Brickell, 2012). Não é incomum em determinadas sociedades que terras fossem transmitidas ao primogênito homem. Resta, neste caso, ao restante dos herdeiros procurar outras paragens, o que é determinante para esclarecer a espacialização dos núcleos familiares (Galizoni, 2016). Diferentes áreas do conhecimento debruçaram-se sobre o desafio de investigar as relações familiares para além dos limites do domicílio. Trata-se de abordagens com objetivos de pesquisa muito singulares. Ainda assim, em maior ou menor medida, versam sobre os significados que o extravasar das relações tem sobre o espaço, sobre os domicílios e sobre os indivíduos. Em resumo, não pretendemos aqui esgotar o assunto, simplesmente estabelecer algumas pontes que ajudarão a circunscrevê-lo.

Na arquitetura e urbanismo não é diferente; preocupações semelhantes ecoam sobretudo naqueles estudos que se detêm sobre as consequências do reassentamento habitacional nas relações sociais construídas ao longo do tempo entre amigos, vizinhos e familiares (Anderson, et al., 2003). Em suma, o fenômeno é complexo e multifacetado, comportando diferentes perspectivas e maneiras de apreendê-lo.

Trata-se, pois, de sermos conscientes de que devemos entender a família como uma entidade socialmente dinâmica, particularmente quando a analisamos segundo as dimensões tempo e espaço. Que circunscrevê-la acarreta imprecisões, limitações e vieses. Que, ainda assim, no presente estudo,

¹ No presente estudo, não se pretende construir uma nova definição de família ou de domicílio. De modo semelhante, apenas tangencialmente problematiza-se a concepção de domicílio para além daquela dada pelo IBGE, "*Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que estejam sendo utilizado como tal na data de referência. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. A separação fica caracterizada quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas.*" (IBGE, 2010). Isto é, não nos aprofundamos, aqui, nos significados de morar ou habitar. Ou seja, a definição de lugar a partir da sensação de pertencimento, o envolvimento, os afetos correlacionados à moradia. Nesse sentido, tanto domicílio, quanto o núcleo familiar são encarados como categoriais analíticas. Decerto essa opção prática conduz a lacunas que a presente pesquisa pouco explorou, como por exemplo, que relações intradomiciliares outras, como as de amizade, podem ser tão ou mais importantes quanto as familiares. Ou ainda, que meios tecnológico-informacionais contemporâneos podem ter um papel tão decisivo quanto à proximidade física entre indivíduos e domicílios.

trata-se de uma variável analítica que com a qual desejamos agregar o componente espacial às análises para interpretá-la, mapeando diferentes domicílios que abrigam núcleos familiares, aparentados ou não, distintos que vão compor o que aqui chamamos de Rede Pluridomiciliar de Suporte Social, uma teia de domicílios voltados à ajuda material e imaterial de seus integrantes.

Dito isso, acreditamos que seja necessário abordar e articular os conceitos do geral para o particular.

Assim, para Bilac (2001), família é:

[...] entendida, genérica e abstratamente, como uma estrutura social particularista e multidimensional, produto da articulação de relações de gênero e gerações, no âmbito de um sistema de parentesco e de aliança que as organiza e legitima, através de valores, normas e expectativas de comportamento. Esta estrutura tem por objetivo a reprodução quotidiana – material e simbólica – de seus membros assim como a produção de uma nova geração (Bilac, 2001, pp. 14).

Somos sensíveis ao desafio em operacionalizar uma acepção tão ampla. Mapear todas as relações de parentesco, aliança, consanguinidade e adoção é, de fato, trabalhosa, senão impossível. Ora, definir família passa pelo esforço, então, de circunscrevê-la a alguns aspectos. Um deles, à casa:

[...] a casa é a família e a família é a casa, pois casa não é apenas um espaço físico, mas um espaço social, um conjunto de relações sociais definidas, de comportamentos semi-ritualizados que reiteram cotidianamente a individualização de um específico grupo familiar face aos demais. A casa é assim a base territorial que garante a existência do grupo familiar, a contrapartida física das relações sociais que aí se desenrolam (Bilac, 2001, pp. 15).

Embora seja uma estratégia válida e corriqueira, limitá-la à moradia, ou melhor, ao domicílio oblitera tanto a natureza da família que extrapola as paredes da habitação, como as características do conjunto de residências que abrigam os diversos núcleos familiares. Igualmente oculta que parcela considerável dos recursos não é fornecida por parentes, senão por amigos, vizinhos e outras organizações (igrejas, ongs, poder público etc.).

Em suma, o contingenciamento da família à residência soluciona desafios de ordem prática, não obstante, condiciona a maneira de enxergá-la, naturalizando e padronizando comportamentos e interpretações destes mesmos hábitos. Trata-se de um senão inerente à escala e à unidade básica de análise. O que propomos aqui é ampliar ambas, investigar não “O” domicílio, senão “OS” domicílios que trocam recursos entre si.

Aliás, nem todos os participantes da RPSS são compulsoriamente parentes, assim como nem todos os domicílios que se auxiliam são aparentados

Wajnman (2012) define e apura os conceitos de família e domicílios a partir de suas superfícies de contato (**Figura 1**). De acordo com a autora, o grupo familiar é composto por pessoas que possuem relações de parentesco (consanguinidade, parentesco, adoção ou aliança). Esses indivíduos podem estar dispersos geograficamente e experimentarem variados graus de convivência e apoio. Já o grupo domiciliar é definido pela união de pessoas (independente de terem ou não laços de parentesco) que vivem em uma residência (Wajnman, 2012).

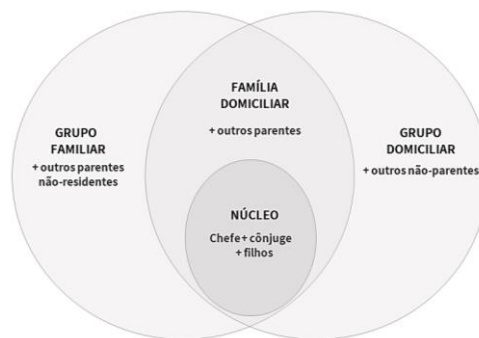


Figura 1 – Formação da família domiciliar. Fonte: Adaptado de Wajnman (2012). Elaboração própria.

Enquanto a definição de família tem por referência básica o parentesco, o sentido de domicílio decorre do local de residência.

Por sua vez, a definição de unidade doméstica diferencia-se da definição de unidade de habitação. Bilac (2001), ao versar sobre ela, destaca que é necessário que os indivíduos não apenas morem em uma única residência, urge que compartilhem, também, um orçamento comum. Por que achamos oportuno revisitar, embora muito superficialmente, esses conceitos? Porque eles priorizam, sobretudo, uma forma de sociabilidade e apoio: a familiar (parentesco, aliança, consanguinidade e adoção). Porém, ela não é a única, sequer a mais importante em algumas circunstâncias. Da mesma maneira, eles enfatizam as interações contidas pelo domicílio, e desconsideram que o Lar pode ser, inclusive, considerado outro local. Não há apenas uma família envolvida quando se trata de apoio, suporte ou cuidados; tampouco apenas um domicílio, ou ainda, apenas uma natureza ou meio de fazê-lo (**Figura 2**). A presente pesquisa não avança em todas as possibilidades, mas se esforça em relativizar a hegemônica. Assim, acreditamos que ampliar a perspectiva de mapeamento das relações sociais para além do domicílio pode contribuir em esclarecer a dispersão espacial dos contatos, a segregação socioespacial, a vulnerabilidade social de indivíduos e grupos. Desejamos enriquecer a discussão (Murphy, 2008).

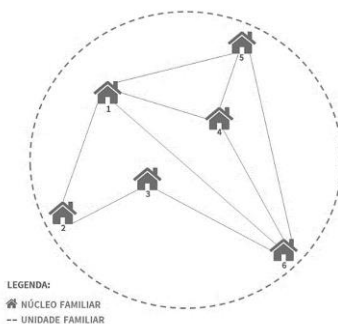


Figura 2 – Exemplo de Rede Pluridomiciliar. Fonte: Elaboração própria.

A ilustração sintetiza o que passaremos a chamar de Rede Pluridomiciliar de Suporte Social (RPSS), isto é, o conjunto de domicílios e unidades de habitação envolvidas coletivamente no compartilhamento de recursos, ajudas, suportes e apoios, físicos e imateriais. Estamos, então, versando sobre grupos domiciliares que abrangem relações intradomiciliares de parentesco ou não aparentadas (Wajnman, 2012). Por mais contraditório que possa soar, a independência do núcleo familiar, inclusive tendo-

se em vista o desejo de residir em domicílio separado, passa pela colaboração com outros grupos domiciliares, logo, com outros domicílios.

Em linhas gerais, ser independente prescindir de isolar-se.

Redes de suporte social

Pontes que ligam. Canais que abastecem

De acordo com Watts (2009), as redes consistem no agrupamento de objetos conectados entre si de alguma maneira. Essa generalização do termo torna-o difícil de ser definido com rigor, mas, no primeiro momento, essas relações podem ser identificadas como conexões ou caminhos em que mensagens e auxílios circularão.

Hanneman e Riddle (2005) apontam que não há nada de incomum nos dados sobre redes, a diferença é que os analistas utilizam uma linguagem especializada para descrever seus conteúdos e sua estrutura; centram-se especialmente nos atributos relacionais.

Os atores são descritos por suas relações, não por seus atributos. E as próprias relações são tão fundamentais quanto os atores que elas conectam (Hanneman & Riddle, 2005, pp. 4).

Recentemente, discute-se se a Análise de Redes Sociais é quase que um campo do conhecimento em si (Marin & Wellman, 2011). De acordo com Wrzus et al. (2013), existem diferentes tipos de redes sociais que se distinguem em função da abrangência dos relacionamentos: Rede total ou global, compreende todas as relações sociais existentes de um indivíduo; Rede pessoal, consiste em uma subrede de relacionamentos mais próximos da rede total; Rede egocêntrica, diz respeito às redes individuais centradas a partir de um indivíduo específico.

Outra delimitação das redes e que será particularmente importante no presente estudo. Bengtson (2001) chama a atenção para as “redes de parentesco latente”. Nada mais são que redes de ligações em constante mudança, com potencial de ativação e intensificação em tempo de necessidade. As redes, portanto, são dinâmicas ao longo do tempo e do espaço, em constante transformação e com contatos sendo mais valiosos em determinadas situações e períodos e em relativa hibernação em outras circunstâncias. Alteram, portanto, desde a perspectiva de Santos (2004), o equilíbrio entre fixos e fluxos que compõem o ambiente socialmente construído. Tais transformações, segundo o mesmo autor, não são uniformes ao longo do tempo, encontrando maiores ou menores facilidades e dificuldades para sua manifestação e/ou difusão, embora, a alteração paradigmática do sistema de produção capitalista pós-moderno acaba por comprimi-los, tempo e espaço, e padronizá-los. A nova divisão social do trabalho, ou ainda, as novas fronteiras de reprodução do capital industrial ressignificam as relações extradomiciliares? As dispersam ou concentram? Tornam domicílios mais ou menos dependentes delas?

O que poderia ativar os contatos latentes? Cunha (2014) afirma que situações marcantes e contextuais – por exemplo, uma grande crise econômica – podem promover maior mobilização das redes de apoio. De modo geral, há indivíduos que, pelas suas características, dependeriam mais delas, ainda que momentaneamente. E, que, de acordo com as mesmas características, recorreriam usualmente a determinados contatos e não outros. Em suma, há seletividades em função das necessidades e momentos tanto em relação aos dependentes dos auxílios, quanto daqueles que os fornecem.

Ademais, Wrzus et al. (2013) reforçam que um leque de eventos biológicos, sociais e físicos orientam as alterações nas redes de suporte social: casamento, ingresso no mercado de trabalho, viuvez, maternidade entre outros. Ou seja, as relações se transformam não só segundo eventos gerais e circunstanciais, senão ao longo do curso de vida e do ciclo de vida familiar, dos tempos biológicos e sociais de indivíduos e famílias.

Essas solidariedades e ajudas funcionam, então, com base em uma rede de domicílios, “[...] não são somente redes de pessoas, mas também redes de circulação de uma grande variedade de bens, variando igualmente o volume e a direção topológica dos fluxos consoante o tipo de bens trocados” (Vasconcelos, 2002, p. 3). Um corolário de portos seguros.²

Logo, no presente estudo, utilizaremos as terminologias “redes de suporte”, “apoio” e “ajuda” como sinônimos. Assim, é inegável que nos limitamos a um tipo muito particular de rede: aquelas que são exclusivamente instrumentais, que fornecem algo a alguém.

Pressupomos que se trata de redes mais coesas e endógenas, tendo os contatos de parentesco, aliança, consanguinidade e adoção grande importância para elas. Não queremos dizer com isso que elas são compostas exclusivamente por essa classe de relação social, mas que elas desempenham relevante papel em mantê-las. E, assim, conjecturamos que o grupo familiar, disperso em domicílios distintos, na verdade, se comporta como uma única entidade. Mapear esses tipos de contatos nos ajuda a entender os processos decisórios intra e inter domicílios; por exemplo, a própria localização e distância física entre eles. Opções que representam limites da pesquisa ao não mapear relações entre alteres, senão apenas aquelas de derivam do ego, ao não entrevistar todos os integrantes do domicílio, ao não representar outras dimensões do apoio para além daquelas definidas por Barrera (1980).

Materiais e métodos

Recorte territorial

Por que Cacoal?

No que concerne a abordagem, a pesquisa é eminentemente quali-quantitativa. Fomos obrigados a desenhá-la desta forma dada a inexistência de dados e fontes secundárias que vinculem os domicílios entre si ou mapeiem as redes que os unem, tampouco os recursos que os alimentam.

Selecionamos Cacoal, pois presumíamos que as redes de suporte social entre seus domicílios poderiam apresentar singularidades segundo seu porte demográfico, sua localização geográfica (no interior brasileiro) e por pertencer à Região Norte, pouco estudada a partir do prisma demográfico e de acordo com o nível de desagregação territorial que ambicionávamos. Autores como Medeiros & Osório (2001) ao retratarem os arranjos domiciliares brasileiros ao longo do tempo, afirmam o caráter *sui generis* daqueles da Região Norte, caracterizados, por exemplo, por maiores frações de famílias conviventes.

² A opção por utilizar as redes egocentradas não é, de fato, a ideal se objetiva-se mapear o suporte social dado entre domicílios. Talvez, a melhor maneira seria a partir da rede total de cada um dos domicílios entrevistados. Ou seja, mapear todos os contatos do domicílio-ego e dos domicílios-alteres. Entretanto, os constrangimentos de tempo e recursos foram decisivos em reduzir as técnicas e as ambições da pesquisa. Uma alternativa seria captá-la através de métodos mistos: entrevistas e questionários e dados indiretos a partir de redes sociais. Uma opção a ser explorada em outras pesquisas. De qualquer maneira, trata-se de um limite da atual pesquisa. Além disso, é ingênuo presumir que o suporte é plenamente contemplado pelas seis dimensões propostas por Barrera (1980). Seriam necessários abranger outros aspectos e outros meios, como as interfaces virtuais. Novamente, algo a ser tratado em estudos futuros.

População e amostra

Quem necessita? Quem ampara?

Na definição da amostra optamos por adotar uma clivagem em função da variável renda domiciliar. Selecionamos, então, dois estratos: o decil mais carente, até 1/8 de salário-mínimo (variável V005 dos Dados Agregados por Setores Censitários 2010) e o mais abastado, acima de 10 salários-mínimos (variável V013 dos Dados Agregados por Setores Censitários 2010). Pretendíamos retratar o funcionamento das RPSS quando constrangidas por carências financeiras. Supúnhamos que os estratos de menor renda são mais dependentes de seus contatos extradomiciliares. Presumíamos, portanto, que suas redes eram mais amplas e, quiçá, mais diversificadas (amigos e vizinhos). Por outro lado, acreditávamos que a menor vulnerabilidade, dada pela própria condição privilegiada do decil mais rico, tornava-o independente das RPSS, ao menos como estratégia de sobrevivência.

Em adição, a seleção dos mais ricos e mais pobres combinou-se à questão espacial. É dizer, eles foram selecionados segundo seus locais de residência, ou seja, setores censitários que apresentavam as maiores e menores médias de rendimento domiciliar (**Figura 3**). Para identificá-los adotamos os Dados Agregados por Setores Censitários do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acreditamos que a estratégia combinatória, ao vincular espaço e renda, foi particularmente importante para esclarecermos, como veremos mais à frente, que a distância física entre domicílios requerentes e ofertantes de ajudas contribui para explicar a forma das RPSS e a intensidade de suas trocas.

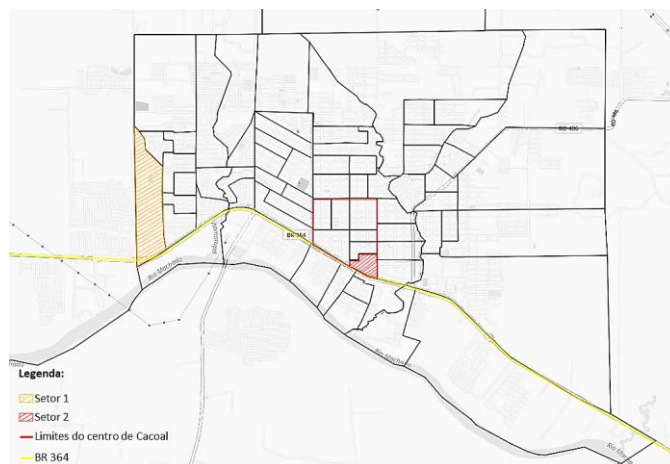


Figura 3 – Setores Censitários segundo Rendimentos Domiciliares, Decil de menor e maior rendimento, Cacoal, 2020. Fonte: Dados Agregados por Setores Censitários 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria. Onde: Setor 1, mais periférico e empobrecido e, Setor 2, mais central e com maiores rendimentos.

Por último, calculamos a amostra com base no número de domicílios de cada um dos setores selecionados. Esse processo ocorreu a partir da aplicação da fórmula do Teorema do Limite Central (**Figura 4**).

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{(N - 1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}$$

Figura 4- Teorema do Limite Central. Fonte: Levin (1987). Elaboração própria.

Onde:

(n) equivale ao tamanho da amostra a definir

(N) corresponde ao tamanho do universo investigado, que nesse caso será 111 domicílios para o Setor 1 e 128 domicílios para o Setor 2

(Z) consiste no valor crítico relacionado ao nível de confiança desejado na amostra, que nesse caso é 95%, assim, o valor crítico é de 1,96

(e) equivale à margem de erro da amostra, com valor 5%, e, por último,

(p) corresponde às possibilidades de resposta dos entrevistados, que podem aceitar ou não participar da pesquisa – adotamos, então, 50% (LEVIN, 1987).

A partir da aplicação da fórmula, entrevistamos **90 domicílios** no Setor 1 e **100 domicílios** no Setor 2.

Porém, não podemos nos esquecer que se trata de uma pesquisa que tenta captar redes de apoio. Desse modo, como mapeá-las? Coletamo-las a partir de fontes primárias, pesquisa de campo, visto que as informações sobre elas inexistem em tradicionais fontes secundárias de dados, Censos Demográficos, por exemplo.

É possível adotar diferentes estratégias para captá-las. A forma que assumimos é a de mapeamento da rede egocentrada. Nela, os contatos-alteres mapeados referem-se apenas ao ego. Em geral, o responsável pelo domicílio configurou-se como o principal ego das RPSS. Apesar desse procedimento não representar todas as relações da rede de suporte, Hanneman & Riddle (2005) não o desqualificam.

Podemos saber, por exemplo, que alguns atores têm muitos amigos e parentes próximos e outros, poucos. Sabendo disso, somos capazes de entender algo sobre as diferenças nos lugares dos atores na estrutura social e fazer algumas previsões sobre como esses locais restringem seu comportamento. O que não podemos saber com dados centrados no ego com certeza é a natureza da macroestrutura ou de toda a rede (Hanneman & Riddle, 2005, pp. 10).

A captação dos dados ocorreu por meio da aplicação de questionário a um integrante da unidade, com mais de 18 anos de idade, preferencialmente o responsável ou cônjuge, quando o primeiro não estava presente. Ou seja, esforçamo-nos por vocalizar outros egos, diminuindo os efeitos de seletividade dos entrevistados. Embora as respostas do questionário estejam centradas na percepção de um entrevistado, esses foram orientados a identificar os contatos gerais mais significativos do grupo domiciliar. Ou seja, o entrevistado era estimulado a resgatar as relações dos demais integrantes do domicílio; é dizer, do cônjuge, dos filhos, dos demais parentes, etc.. Este foi um modo de tentarmos remediar o viés do responsável pelo domicílio como ego predominante da rede. Em realidade, pretendíamos aplicar o questionário a todos os integrantes do domicílio. Dessa maneira, a RPSS seria fidedigna ao grupo domiciliar. Contudo, é preciso lembrar que se trata de uma amostra de 190 domicílios, ou seja, a aplicação de novos questionários provocaria um crescimento exponencial dos entrevistados.

A primeira parte do questionário foi composta com base no questionário básico do Censo Demográfico do IBGE, que consiste em caracterizar a unidade doméstica e os arranjos domiciliares. Isso significa que, nessa etapa, além das informações do participante, foram coletados também os dados básicos (sexo, idade, estado civil, escolaridade, situação de ocupação e relação com o responsável pelo domicílio) dos demais integrantes do domicílio.

A segunda etapa consistiu no mapeamento da RPSS em si. Adotamos a técnica de gerador de nomes, muito usual inclusive, em que o entrevistado indica o nome dos indivíduos com quem estabelece relações sociais segundo algumas dimensões. As categorias de apoio social construídas por Barrera (1980) foram fundamentais para tanto:

1. Participação social: interações sociais para lazer, diversão e relaxamento;
2. Interação íntima: preocupações e sentimentos pessoais são trocados;
3. Orientação: informações e dicas em geral;
4. Feedback: fornecer aos indivíduos informações sobre si mesmos;
5. Auxílio material: ajuda material em dinheiro ou outros objetos;
6. Assistência física: divisão de tarefas, cuidado com crianças ou idosos.

Trata-se de uma simplificação, é verdade, do universo de recursos e naturezas de relações sociais, embora os temas contemplem boa parte das interações mais costumeiras.

Na terceira seção do questionário objetivávamos caracterizar a RPSS. Assim, a partir dos nomes anteriormente listados, solicitamos que o entrevistado classificasse a relação entre ele e o contato, tipificando-a; por exemplo, se o contato é pai, mãe, cunhado(a), amigo(a), neto(a) etc. Nas situações em que a relação era extra domicílio, pedimos também o endereço desse contato, embora o espaço tenha sido tratado de maneira categórica e não discreta.

Por fim, na quarta seção do questionário, desejávamos investigar a coresidência, a fim de identificar a presença ou não de mais de um núcleo familiar no mesmo domicílio, bem como as razões que levaram a essa união ou a intenção de se separarem no futuro. Enfim, pretendíamos esclarecer as razões para a dispersão ou concentração geográfica das RPSS segundo a propensão de fusão ou fragmentação dos núcleos familiares (**Figura 5**). Para elaboração dessa etapa, apoiamos-nos em alguns quesitos do Manual do Entrevistador da PNAD 2008 (Ibge, 2008).

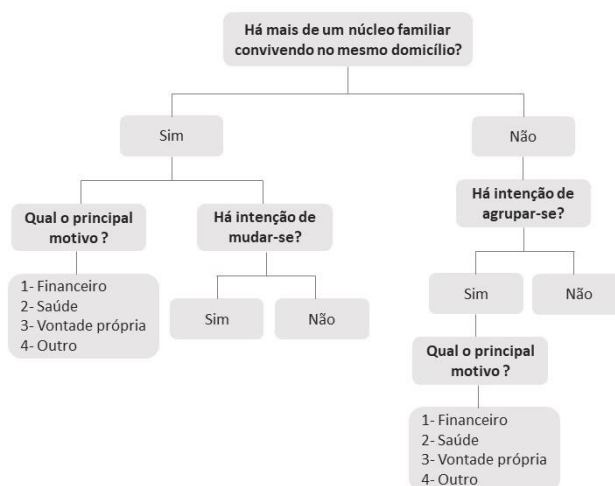


Figura 5 – Questionário, Quesitos de Coresidência, 2020. Fonte: Elaboração própria.

Para elaboração dos grafos das redes de suporte social, utilizamos o programa “Gephi”, um software gratuito, destinado à visualização e à interpretação de redes.

Resultados e discussões

Caracterização física e populacional das regiões de estudo

Padrão urbano de ocupação e perfil dos entrevistados segundo idade e renda

Optamos por iniciar a seção de resultados a partir de uma contextualização mais detalhada sobre os setores de estudo. Afinal, o meio ajuda a explicar as relações sociais que aí se dão.

O Setor 1 está localizado nos limites do perímetro urbano e é composto por 111 domicílios. Habitações unifamiliares horizontais o ilustram (**Figura 6**).



Figura 6 – Conjunto Urbano de Domicílios do Setor 1, Cacoal, 2020. Fonte. Arquivo próprio.

Já o Setor 2 trata-se de uma pequena área inserida na região central da cidade, apresentando 128 domicílios. O centro de Cacoal é delimitado pela BR-364 e consiste na região de maior concentração de comércios, serviços e instituições financeiras. Além disso, é a região mais valorizada em termos imobiliários da cidade.

No geral, a maior parte dos domicílios inseridos no Setor 2 é de edificações multifamiliares, principalmente de uso misto, onde encontramos comércio no térreo e residências nos demais pavimentos (**Figura 7**).



Figura 7 – Conjunto Urbano de Domicílios do Setor 2, Cacoal, 2020. Fonte. Arquivo próprio.

Com base nos dados por Setores Censitários de 2010, as regiões estudadas possuem, ao todo, 239 domicílios. Lembramos que a amostra foi composta de 190 domicílios, 90 para o Setor 1 e 100 para o Setor 2. Isto é, ela representa aproximadamente 80% dos domicílios de ambos os setores.

No Setor 1, 53,33% dos entrevistados são responsáveis pelo domicílio, 44,44% são cônjuges e apenas 2,22% dos entrevistados, filhos. No Setor 2, 60% são responsáveis, 26%, cônjuges, 13%, filhos e 1%, sogros(as).

Boa parte dos domicílios do Setor 1 apresenta rendimento domiciliar entre 1 e 2 salários-mínimos. Aliás, ali, o rendimento domiciliar per capita médio é de aproximadamente R\$ 857,00 (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Total de Rendimentos Domiciliares segundo Faixas de Salário-Mínimo, Setor 1, Setor 2, Cacoal, 2020

Rendimento	Setor 1 (%)	Setor 2 (%)
Até 1 salário	22,47	5,21
1 a 2 salários	31,46	8,33
2 a 3 salários	21,35	10,42
3 a 5 salários	21,35	21,88
5 a 10 salários	3,37	35,42
10 a 15 salários	0	10,42
Acima de 15 salários	0	8,33
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campos (2020). Elaboração e tabulação próprias.

No Setor 2, a faixa de renda mais expressiva em termos relativos (35,42%) é a de domicílios com rendimento domiciliar total entre cinco a dez salários-mínimos. A média de rendimento domiciliar per capita no Setor 2 é de aproximadamente R\$ 2.900,00, mais de três vezes a renda domiciliar per capita média do Setor 1.

Em relação à faixa etária (**Tabela 2**), a proporção de idosos (parcela da população com 60 anos ou mais) no Setor 1 é de 17,77%, enquanto no Setor 2 atinge 38% do total de entrevistados. Adultos entre 24 e 34 anos compõem 32,2% dos entrevistados do Setor 1. Já no Setor 2, a fração de adultos segundo a mesma faixa etária é de apenas 11%. No Setor 1, a idade média dos entrevistados é de 44 anos. Já no Setor 2, observamos que os entrevistados são mais envelhecidos, afinal, a idade média ali é de 52 anos. Os dados demonstram, pois, a expressiva diferença nas estruturas etárias entre ambos os setores.

Tabela 2 – Idades segundo Faixas Etárias, Setor 1, Setor 2, Cacoal, 2020

Faixa etária	Setor 1 (%)	Setor 2 (%)
18 a 23	3,33	5
24 a 28	13,33	5
29 a 34	18,89	6
35 a 39	10	9
40 a 44	7,78	8
45 a 49	11,11	5
50 a 54	12,22	11
55 a 59	5,56	13
60 a 64	10	9
65 a 69	4,44	12
70 a 74	1,11	8
75 a 79	1,11	5
80 a mais	1,11	4
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campos (2020). Elaboração e tabulação próprias.

Podemos perceber que, de fato, o perfil dos residentes dos setores censitários escolhidos é consideravelmente diferente entre si. Nesse sentido, a estratégia para selecioná-los foi acertada. Ademais, a literatura sugere que as redes de suporte social são diferentemente utilizadas segundo a idade e renda dos envolvidos. Em geral, idosos dependem mais delas (de OCA ZAVALA, 1999), enquanto os mais abastados menos. Partindo da premissa de que as redes de apoio social são construções dinâmicas, imaginamos que o fator idade seja especialmente decisivo para distingui-las, já que dialoga com processos de acúmulo e diminuição de contatos ao longo do tempo. Cabe esclarecer como a combinação entre idade, renda e localização manifesta-se nos arranjos domiciliares.

Arranjos domiciliares

Formas de organização do grupo domiciliar

A participação dos arranjos domiciliares é um dado decisivo para compreendermos a utilização das RPSS (**Figura 8**). Para tanto utilizamos cinco classificações: 1) Unipessoal; 2) Casal sem filhos; 3) Casal com filhos; 4) Monoparental e 5) Família Estendida. Vale reforçar que entendemos essas categorias como divisões práticas para o mapeamento do objeto que pretendemos estudar. De modo algum são as únicas composições existentes.

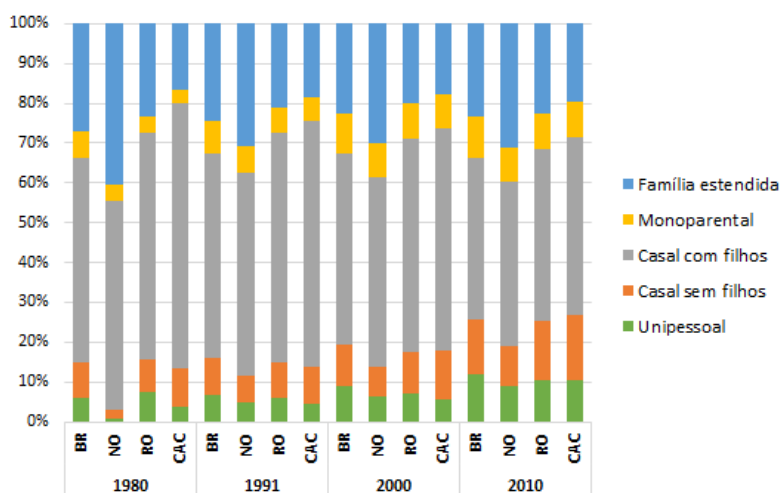


Figura 8 – Arranjos Domiciliares, Cacoal, Rondônia, Norte, Brasil, 1980, 1991, 2000, 2010. Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

A partir do gráfico, é possível identificar que, no Brasil, o arranjo domiciliar Casal com Filhos consiste no modelo mais comum ao longo do século XX. Contudo, esse modelo vem perdendo importância relativa (-10,6% ao longo do período), embora permaneça hegemônico.

Os dados referentes à Região Norte, a Rondônia e a Cacoal apresentam a mesma tendência de queda relativa dos Casais com Filhos, ainda que as velocidades e intensidades de diminuição difiram.

O arranjo correspondente à Família Estendida consiste no segundo mais incidente em todas as áreas. Nos quatro recortes, é possível identificar um crescimento no número de Famílias Estendidas (dois ou mais núcleos familiares – aparentados ou não – corresidindo) na década, principalmente no Estado de Rondônia e no município de Cacoal.

Se os Casais com Filhos perdem importância relativa, quais arranjos passam a se destacar? Certamente os Unipessoais, os Casais sem Filhos e os Monoparentais.

Mas esta é uma visão muito geral da maneira como os indivíduos se organizam em seus domicílios. Resta saber a composição dos arranjos segundo os Setores Censitários investigados (**Figura 9**).

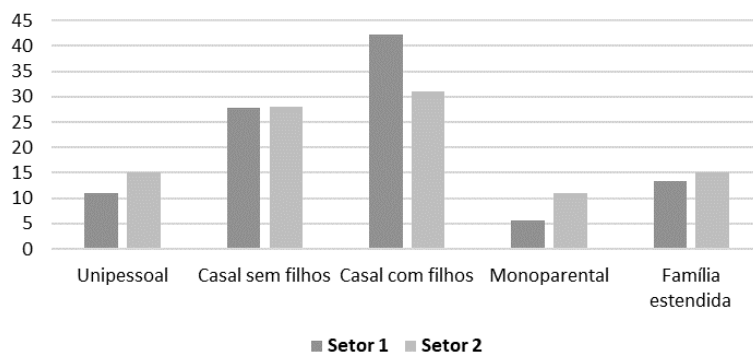


Figura 9 – Arranjos Domiciliares, Setor 1, Setor 2, 2020. Trabalho de Campo (2020). Elaboração própria.

Identificamos que os Casais com Filhos, assim como nas grandes regiões detalhadas anteriormente (Brasil, Norte, Rondônia e Cacoal), lideram a forma geral dos arranjos domiciliares, com 42,2% de participação no Setor 1 e 31%, no Setor 2. A diferença entre eles supera os 10%, o que é digno de nota e, sobretudo, estatisticamente significativo.

Os Setores Censitários estudados possuem índices bem elevados de Casais sem Filhos, 27,8% no primeiro e 28% no segundo, praticamente idênticos entre si, porém, valores muito superiores ao estado e ao próprio município.

No caso do Setor 1, esse resultado pode estar ligado à fase inicial do ciclo de vida familiar, também chamado por Cervený e Berthoud (1997) como fase de aquisição, já que ao revisitarmos os dados sobre a idade dos entrevistados, a idade média do Setor 1 é inferior àquela do Setor 2. Dado a idade mais avançada dos entrevistados no Setor 2, a natureza dos casais sem filhos ali é distinta. É dizer, trata-se de casais mais envelhecidos cujos filhos já deixaram a casa paterna/materna. De uma maneira ou de outra, os casais com filhos aqui, tanto no Setor 1, quanto no 2, são, em geral, um estado momentâneo pré ou pós casais com filhos. Não são necessariamente o que convencionou-se chamar de casais DINK (“Double Income no Kids”), ou seja, uma opção deliberada de não ter filhos ao longo da vida. Não é casual, portanto, que a proporção de Unipessoais no Setor 2 (15%) seja maior do que a do Setor 1 (aproximadamente 10%). Possivelmente trata-se de Unipessoais envelhecidos.

Por último, temos o arranjo Família Estendida. As diferenças não são expressivas, 13,3% no Setor 1 e 15% no Setor 2, mas novamente as razões parecem girar em torno do fator idade, uma vez que a coresidência como estratégia de sobrevivência econômico-financeira não condiz com os maiores rendimentos do Setor 2.

Em suma, os arranjos domiciliares ao versarem sobre as diferentes composições que os núcleos familiares assumem em seus domicílios indicam a maior ou menor necessidade de obter ajudas fora deles. Por exemplo, a maior frequência de unipessoais envelhecidos pode sugerir a maior dependência das RPSS, diferentemente do que ocorre em uma família estendida, já que parte das fontes simplesmente coabita a mesma moradia. Resta saber se a forma do arranjo domiciliar e o momento do ciclo vital familiar dialogam com a forma e o conteúdo das RPSS.

Análise das redes de suporte social

Estou logo ali

A dimensão (tamanho) das redes é dada pelo número de contatos ou número de nós que vão compô-la, excluindo o ego (entrevistado). Num mundo onde é cada vez mais fácil conectar-se virtualmente, a assistência pode provir de fontes inesperadas. Ainda assim, certamente o espaço é decisivo para condicionar-lhes o tamanho (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Tamanho das Redes de Suporte segundo Quantidade de Contatos, Setor 1, Setor 2, Cacoal, 2020

Nº de contatos	Setor 1 (%)	Setor 2 (%)
1 a 3 contatos	0	5
4 a 6 contatos	17,78	28
7 a 9 contatos	41,11	48
10 a 12 contatos	32,12	14
13 a 15 contatos	5,56	3
Acima de 15 contatos	3,33	2
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campos (2020). Elaboração e tabulação próprias.

Ao agruparmos a quantidade de contatos em apenas duas classes, 1) até 9 contatos e 2) 10 ou mais, o comportamento das RPSS é significativamente diferente entre os Setores. No Setor mais carente, 1, as redes são maiores (contam com mais contatos, mais alteres); já no 2, menores. Inicialmente especulamos que a diferença nos tamanhos das redes dialoga com o tamanho das famílias entre setores. Entretanto, os dados sobre fecundidade e número médio de residentes por domicílio não sugerem diferenciais expressivos segundo renda. Nesse sentido, as RPSS dos mais pobres são, em geral, maiores, simplesmente porque eles são mais dependentes delas. Vizinhos compunham 4% das RPSS do Setor 1 e inexistiam no 2. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência, uma vez que não conseguem substituí-las por mecanismos de mercado. A **Tabela 4** ajuda a construir o argumento.

Tabela 4 – Materialidade e Natureza da Relação de Suporte segundo Setores Censitários, Setor 1, Setor 2, Cacoal, 2020

Materialidade	Natureza da relação de apoio	Setor 1		Setor 2	
		Valores absolutos	(%)	Valores absolutos	(%)
Imaterial	Participação social	542	47,7%	589	52,0%
	Interação íntima	132	11,6%	129	11,4%
	Orientação	171	15,0%	189	16,7%
	Feedback	129	11,3%	142	12,5%
	Ajuda com a casa	99	8,7%	60	5,3%
	Ajuda com as crianças	49	4,3%	23	2,0%
	Ajuda com idosos e enfermeiros	15	1,3%	1	0,1%
	Total	1137	100,0%	1133	100,0%
Material	Dinheiro	137	31,7%	81	28,9%
	Alimento/medicamento	70	16,2%	7	2,5%
	Instrumento/ferramenta	111	25,7%	68	24,3%
	Automóvel	114	26,4%	124	44,3%
	Total	432	100,0%	280	100,0%
	Total	1569		1413	

Fonte: Pesquisa de Campos (2020). Elaboração e tabulação próprias.

Nela, é possível notar que, em geral, os mais vulneráveis estabelecem mais relações do que os não vulneráveis. A diferença era esperada, uma vez que ela é fruto de um efeito de composição das redes dos mais empobrecidos. É dizer, elas são maiores, logo, é previsível que sejam compostas por mais relações. Porém, se analisarmos a quantidade de relações segundo a materialidade do recurso notamos que o montante necessário é significativamente distinto. Sendo que os mais vulneráveis necessitam estabelecer mais relações sociais para satisfazê-las (432 relações, contra 280, no Setor 2). A partir da tabela é possível pormenorizar as formas de ajuda segundo a natureza do recurso. As maiores diferenças, por ordem de grandeza, são: empréstimo de automóvel, alimento, participação social, ajuda com a casa, com as crianças e em relação ao empréstimo de dinheiro. Participação social é o único quesito onde os valores percentuais do Setor 2 superam os do Setor 1. Nos demais, constatamos a urgência das necessidades: locomoção, comida e divisão social do trabalho doméstico, o que nos sugere que questões de gênero são fundamentais para compreendermos as RPSS.

Mas onde encontram-se esses contatos (**Tabela 5**)?

Tabela 5 – Localização dos Contatos, Setor 1, Setor 2, Cacoal, 2020

Localização	Setor 1 (%)	Setor 2 (%)
Mesmo domicílio	13	18
Mesma quadra	9	5
Bairros do setor	28	19
Bairros limítrofes	3	11
Demais bairros	27	26
Zona rural	4	5
Outras cidades	11	9
Outros estados	3	4
Outros países	1	1
Não souberam/não informaram	0	2
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campos (2020). Elaboração e tabulação próprias.

As frações de contatos corresidentes entre Setor 1 e 2 são bem parecidas; embora a diferença de 5% entre eles comece a ser digna de nota. Tal informação demonstra que os contatos intradomiciliares são fundamentais independentemente de onde se mora ou da condição financeira dos entrevistados. Ou, desde outro ponto de vista, que os mais pobres tendem a ser mais dependentes das RPSS, já que presumem contatos externos ao domicílio. As demais categorias seguem tendências semelhantes. Não há diferenças percentuais estatisticamente significativas entre as RPSS de ambos os setores, senão em outras duas situações. Há diferenças expressivas no comportamento das RPSS segundo renda quando elas se atêm ao mesmo setor ou localizam-se nos bairros limítrofes ao setor. A maior parte dos contatos das RPSS do Setor 1 limita-se ao próprio setor (28%). Enquanto parcela das fontes de apoio das redes do Setor 2 transborda seus limites (bairros limítrofes, 11%). Assim, os mais vulneráveis dependam mais de suas RPSS e elas são mais circunscritas territorialmente. Não que não haja contatos em outros municípios ou países, mas porção expressiva das fontes de ajuda limita-se a bairros do setor. Por outro lado, os alteres das RPSS dos mais abastados cruzam os limites do setor e distribuem-se pela cidade.

A partir das informações obtidas por meio da aplicação do questionário, foi possível desenvolver a representação gráfica das redes de suporte. Durante a pesquisa, selecionamos cinco moradores de cada setor segundo critérios de renda e em função do arranjo domiciliar do qual participavam (**Tabela 6**). Neste artigo, revisitamos apenas alguns casos notórios.

Tabela 6 – Entrevistados por Setores Censitários segundo Idade, Renda e Arranjo domiciliar

Setor	Entrevistado	Idade	Renda domiciliar	Arranjo domiciliar
1	S1-19	60 anos	1039	Casal sem filhos
	S1-22	26 anos	2500	Casal com filhos
	S1-39	54 anos	700	Família estendida
	S1-63	33 anos	3117	Monoparental
	S1-69	58 anos	1039	Unipessoal
2	S2-01	57 anos	20000	Família estendida
	S2-55	26 anos	5000	Casal com filhos
	S2-73	33 anos	7000	Unipessoal
	S2-88	60 anos	10000	Casal sem filhos
	S2-94	51 anos	4000	Monoparental

Fonte: Pesquisa de Campos (2020). Elaboração e tabulação próprias.

Antes de iniciar as análises, aproveitamos para esclarecer algumas informações presente nos grafos. Conforme demonstrado na legenda, as redes são compostas pelo ego (entrevistado) e por contatos que podem ser: parentesco, amigos ou vizinhos. Cada novo contato é dado por outro nó, alter, ligado ao ego. Não chegamos a investigar se os alteres relacionam-se, dados os limites da pesquisa. Porém, em realidade, cada nó, ego ou alter, representa mais do que o indivíduo em si; ilustra o domicílio do qual faz parte. Outro elemento importante é que a espessura das arestas (linhas) indica o grau de intensidade da relação entre os nós e o ego, ou seja, arestas mais espessas significam que o nome desse contato apareceu mais vezes no questionário.

O grafo a seguir (**Figura 10**) representa a rede do domicílio S1-63, mulher de 33 anos residente no Setor 1, divorciada, graduada e que trabalha como técnica de enfermagem. O arranjo domiciliar é monoparental, a entrevistada possui dois filhos, um de 15 anos, cursando o ensino médio, e outro de 8 anos, que está no ensino fundamental. O rendimento total domiciliar é de R\$ 3117,00.

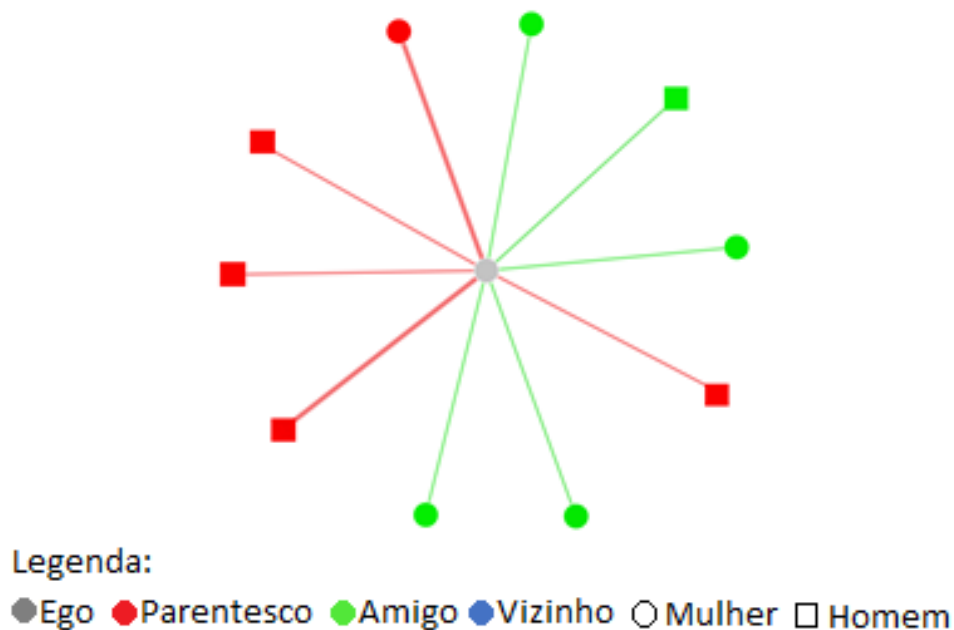


Figura 10 – Rede Pluridomiciliar de Suporte Social de S1-63. Pesquisa de campo (2020). Elaboração própria.

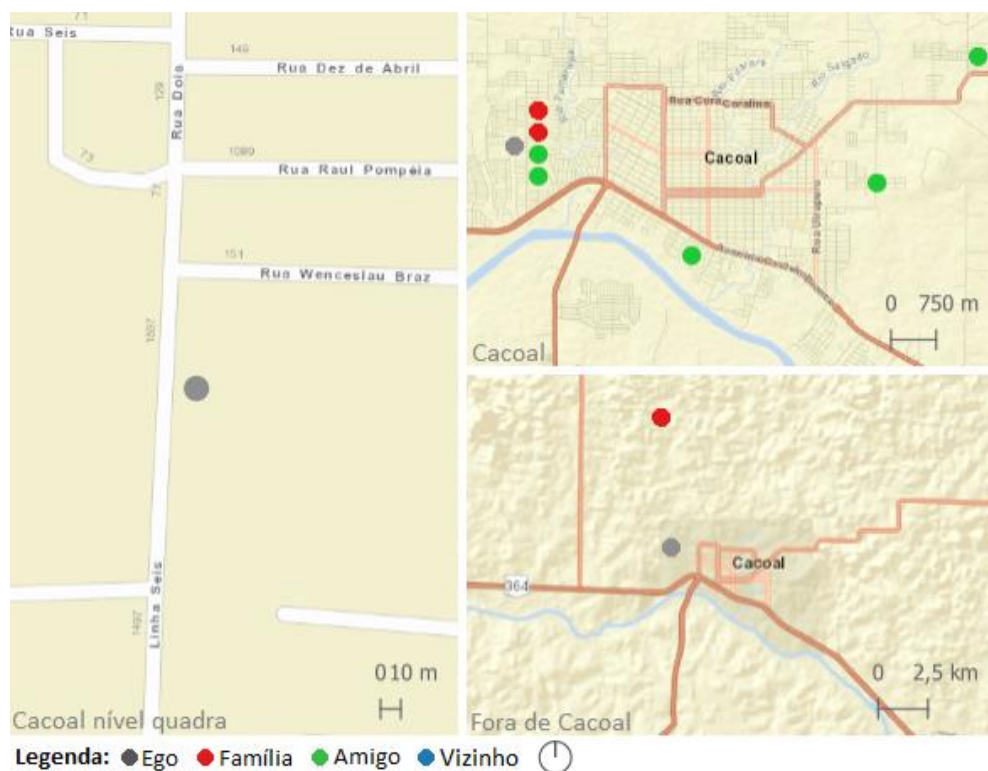


Figura 11 – Localização dos contatos da Rede Pluridomiciliar de Suporte Social de S1-63. Pesquisa de campo (2020).
Elaboração própria.

A rede é composta por dez contatos, sendo cinco amigos e cinco parentes, incluindo os dois filhos da entrevistada, dois irmãos e o pai. A intensidade das relações, nesse caso, é mais homogênea, um grau mais acentuado pode ser observado na relação estabelecida com o filho que reside no mesmo domicílio, em cuidados com a casa, e com irmão mais novo. Já com irmã, em relações voltadas à orientação e a devolutivas (feedback). É a rede que apresenta maior quantidade de amigos dentre os entrevistados do setor.

De acordo com o mapa de espacialização (**Figura 11**) o domicílio S1-63 não possui contatos localizados na escala da quadra, embora boa parte de sua RPSS concentre-se no próprio Setor 1. Em um dos bairros, que integram o setor, estão localizados alguns de seus amigos, sua irmã e seu irmão. Alguns outros poucos amigos residem fora do setor. O contato localizado fora do perímetro urbano de Cacoal é o pai da entrevistada, que reside na zona rural e lhe fornece, eventualmente, dinheiro.

Por outro lado, no Setor 2, a maior parte das redes possuem contatos mais dispersos, localizados em regiões diversas, como por exemplo, a do domicílio S2-88 (**Figura 12 e Figura 13**).

Trata-se de um casal sem filhos; o entrevistado, um homem de 60 anos, casado, com ensino médio e autônomo (vendedor). Sua esposa, 60 anos, ensino médio, é igualmente vendedora. O rendimento total domiciliar é de R\$ 10.000,00. Essa rede é formada por oito contatos, sendo dois de parentesco e seis de amigos. Os contatos de parentesco são os que apresentam maior intensidade na rede – no caso, o filho e a filha do casal.

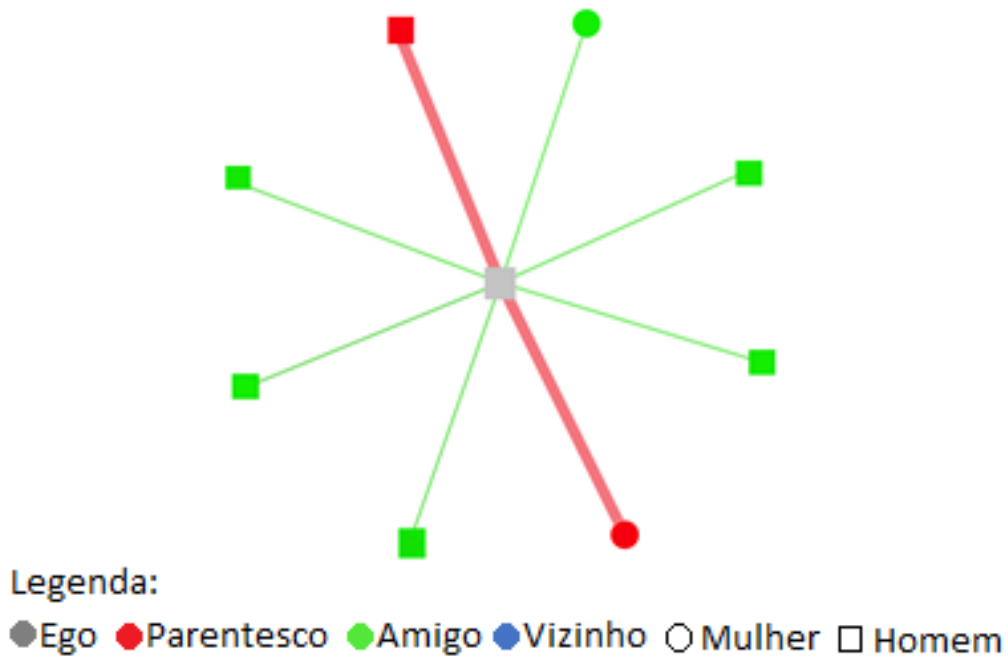


Figura 12 – Rede Pluridomiciliar de Suporte Social de S2-88. Pesquisa de campo (2020). Elaboração própria.

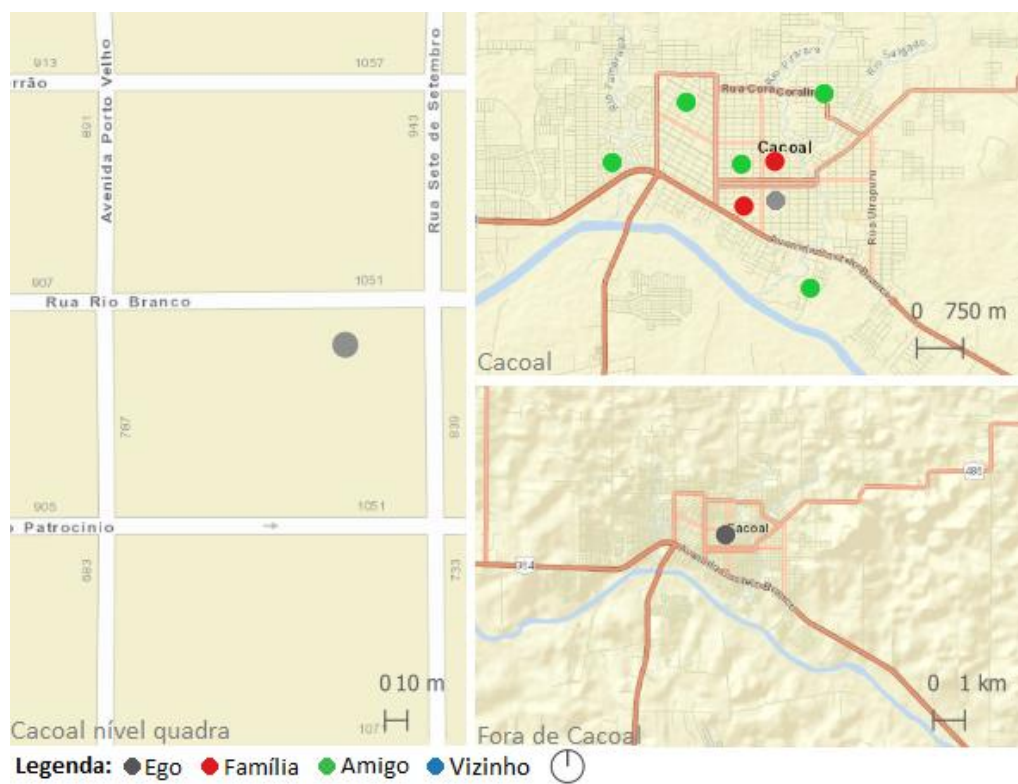


Figura 13 – Localização dos contatos da Rede Pluridomiciliar de Suporte Social de S2-88. Pesquisa de campo (2020). Elaboração própria.

Novamente na rede S2-88 não há presença de contatos nas proximidades do domicílio. No bairro Centro, estão localizados os filhos do casal e também dois amigos. Os demais são amigos distribuídos em diversos bairros de Cacoal. Trata-se de uma rede ligeiramente menor ao compará-la a anterior. Além disso, ainda que as qualidades individuais (indivíduos mais envelhecidos) nos fizessem acreditar, num primeiro momento, que o ego seria mais dependente de relações de parentesco, não é o que os dados demonstram. Nesse sentido, talvez as RPSS do Setor 1 sejam mais homofílicas.

Considerações finais

Os dados demonstram que as RPSS tendem a ser maiores em áreas mais carentes. E, ligeiramente mais heterogêneas, se tomarmos as relações de vizinhança como condição de diversidade. Ali, boa parte dos recursos soem gravitar em torno de urgências, como alimentos ou cuidados com a casa, com as crianças e com os idosos. O que nos levanta a emergência das questões de gênero para melhor compreender as RPSS. A necessidade urge nesses domicílios e bairros. Não é casual, portanto, que, ali, boa parte da RPSS se limite às divisas do Setor Censitário. O espaço de vivência segundo apoios lhes é bem circunscrito. A carência acaba por atá-los por proximidade. Ao mesmo tempo, é essa mesma cercania que lhes assegura as condições mínimas de sobrevivência, tornando-os menos vulneráveis aos riscos. Porém, a concentração espacial de vulneráveis pode apenas reproduzir suas condições de pobreza. Assim, a dispersão geográfica da RPSS como ativo depende da natureza emergencial do recurso dela oriundo. Pode ser ativo em determinados casos; não em outros. Em resumo, as RPSS ilustram um conjunto de portos seguros que não são perfeitamente móveis no espaço. Distanciar-se deles significa assumir certos riscos, muito básicos, por sinal. Perigos que podem ser determinantes à condição de vulnerabilidade e aos anseios de mobilidade social ascendente dos indivíduos e famílias.

Os mais carentes arvoram-se nessa teia de domicílios, não por medo, senão por falta de alternativas, seja porque o Estado não os atinge, seja porque o Mercado não os reconhece como demanda solvável. Assim, embora os meios de comunicação tenham fortalecido novas formas de auxílio que relativizam a distância geográfica, a proximidade parece ser uma dimensão difícil de ser superada entre os mais pobres. Um equilíbrio frágil que reconstrói e, principalmente, ressignifica, de outras maneiras, o ideal do teto que protege a todos.

Declaração de disponibilidade de dados

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste artigo está disponível no SciELO DATA e pode ser acessado em <https://doi.org/10.48331/scielodata.EA4WDS>

Referências

Anderson, L. M., Charles, J. S., Fullilove, M. T., Scrimshaw, S. C., Fielding, J. E., & Normand, J. (2003). Providing affordable family housing and reducing residential segregation by income: a systematic review. *American journal of preventive medicine*, 47-67.

Barrera, M. (1980). A method for the assessment of social support networks in community survey research. *Connections*, 8-18.

- Bengtson, V. L. (2001). Beyond the nuclear family: The increasing importance of multigenerational bonds. *Journal of Marriage and Family*, 1-16.
- Bilac, E. D. (2001). Estruturas familiares e padrões de residência. Campinas: Mimeo.
- Brickell, K. (2012). Geopolitics of home. *Geography Compass*, pp. 575-588.
- Cervený, C. M., & Berthoud, C. M. (1997). Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cunha, T. A. (2014). Conte Comigo: A migração abrindo portas. Migração Interna, Redes de Suporte Social e Vulnerabilidade Social na Região Metropolitana de Campinas. Campinas: IFCH-UNICAMP, Tese (Doutorado em Demografia).
- de Oca Zavala, V. M. (1999). Diferencias de género en el sistema de apoyo a la población envejecida en México. *Papeles de Población*, pp. 149-172.
- Galizoni, F. M. (2016). Migrações e rede familiares no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Anais do XX Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)* (pp. 16). Foz do Iguaçu: ABEP.
- Glick, P. C. (1988). Fifty years of family demography: A record of social change. *Journal of Marriage and the Family*, pp. 861-873.
- Hanneman, R., & Riddle, M. (2005). Introduction to social network methods. Riverside: University of California.
- Hareven, T. K. (1991). The home and the family in historical perspective. *Social research*, pp. 253-285.
- Ibge, I. (2012). Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE.
- Ibge, I. (2008). Manual do Entrevistador da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2008: Rio de Janeiro: IBGE.
- Levin, J. (1987). Estatística para Ciências Humanas. São Paulo: Habra.
- Mallet, S. (2004). Understanding home: a critical review of the literature. *The sociological review*, pp. 62-89.
- Marin, A., & Wellman, B. (2011). Social network analysis: An introduction. Em J. SCOTT, & P. J. CARRINGTON, *The SAGE Handbook of Social Network Analysis*. The Sage Publications.
- Medeiros, M., & Osório, R. (2001). Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: Classificação e evolução de 1977 a 1998. Brasília: IPEA.
- Murphy, M. J. (2008). Variations in Kinship Networks Across Geographic and Social Space. *Population and development review*, pp. 19-39.

Ruggles, S. (2012). The future of historical family demography. *Annual Review of Sociology*, pp. 423.

Santos, M. (2004). *A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP.

Vasconcelos, P. (2002). Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. *Análise Social*, 507-544.

Wajnman, S. (2012). *Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Tese de professor titular. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

Watts, D. J. (2009). *Seis Graus de Separação: A evolução da ciência de redes em uma era conectada*. São Paulo: Leopardo.

Wrzus, C., & et, a. (2013). Social Network Changes and Life Events Across the Life Span: A Meta-Analysis. *Psychological Bulletin*, 53-80.

Editor responsável: Rodrigo Firmino

Recebido: 21-Sep-2022

Aprovado: 28-Aug-2023